

# Emendem-se, senhores!

FERNANDO PEDREIRA

Agora, que o vasto Emendão do presidente Collor está posto na ordem do dia, não custa lembrar o célebre projeto de Constituição dos Estados Unidos do Brasil (era esse o nosso nome, na época) apresentado há umas tantas décadas por Capistrano de Abreu: "Artigo 1º — Todo brasileiro deve ter vergonha na cara. Artigo 2º — Revogam-se as disposições em contrário."



Súcinta e precisa, a Carta de Capistrano diz tudo em poucas palavras. Não poderia, entretanto, ser convenientemente implementada sem o auxílio de um certo número de leis complementares (ou implementares), das quais a primeira, como é natural, diria respeito ao funcionamento do próprio Congresso Nacional e ao comportamento dos congressistas. Pois, se os brasileiros comuns ficam constitucionalmente obrigados a ter vergonha na cara, o mesmo não se poderia deixar de exigir também, e com ainda maior razão, dos seus representantes eleitos — que são os que fazem as leis e definem os destinos da Pátria.

"Lei Complementar nº 1:

Artigo 1º — Nenhum congressista poderá jamais votar em causa própria. Nenhum deputado federal ou estadual, nenhum senador ou vereador poderá usar seu mandato para beneficiar ou favorecer, direta ou indiretamente, a si próprio ou a seus familiares e dependentes.

Artigo 2º — Os subsídios, vantagens e mordomias parlamentares, assim como as verbas à disposição dos congressistas, serão fixados e fiscalizados por uma comissão independente, formada por cidadãos eminentes, sem vínculos com o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Artigo 3º — Congressistas ocu-

pando empregos públicos, ou que tiverem parentes ou dependentes nessa situação, ficam impedidos..."

Seria, entretanto, desaconselhável que as leis complementares entrassem em minúcias e pormenores frequentemente geradores de chicanas, sofismas e casuísmos safados. O importante é que se estabelecesse com firmeza o princípio geral, de maneira a permitir a intervenção pronta e eficaz da opinião popular (e da Justiça), sempre que necessário. O importante, antes e acima de tudo, seria promover e determinar, dentro e fora do Congresso, a radical reversão de expectativas, o surgimento de um clima oposto a esse de hoje, caracterizado pela frouxidão moral e por uma generalizada, pandêmica, sem-vergonhice.

De fato, ao contrário do que parece crer o presidente Collor, o que é preciso urgentemente emendar não é tanto a Constituição, mas os políticos, o Congresso e os congressistas. Se fosse simplesmente posto em vigor o artigo 1º da lei acima sugerida, pelo menos três quartos dos dispositivos do Emendão presidencial se tornariam desnecessários — ou já teriam sido aprovados. O que é preciso é um pouco de vergonha na cara, e um pouco de espírito público, entre esses senhores que cuidam dos nossos dinheiros públicos.

A autocomplacência e a malandricice vêm de longe e virtualmente já não há, entre esses cavalheiros, quem possa atirar a primeira pedra. Ainda há poucos anos, um dos nossos políticos mais bem comportados e corretos (não deve haver mais de uma ou duas dúzias como ele), o ex-governador Franco Montoro, surpreendeu o País ao se descobrir que ele acumulava, na época, quatro aposentadorias. Quatro! O Montoro! Agora, no Rio, um deputadinho indicado para o Tribunal de Contas vai receber mensalmente, com suas três ou quatro aposentadorias, Cr\$ 7,9 milhões.

O País está cada vez mais pobre e essa gente, cada vez mais rica. No primeiro semestre deste ano (120

dias, apenas, de presença efetiva), um deputado estadual fluminense faturou o equivalente a 1.033 salários mínimos de subsídios. Um operário qualquer, um simples eleitor desse deputado, precisaria trabalhar 86 anos para ganhar a mesma coisa. Precisaria, pois, viver pelo menos tanto quanto o saudoso mestre Eugênio Gudin, um século inteiro.

Esse caso escandaloso (e triste) das tramóias alagoanas da LBA, envolvendo uma moça inexperiente e obviamente ignorante dos mais comezinhos cuidados do seu ofício, é um gritante sinal do estado a que chegamos. Não é preciso sequer falar desses grandes espertalhões, capazes de dar grandes tacadas nacionais e internacionais e acumular depressa imensas fortunas em altos e honrosos (e logo desonrados) cargos oficiais.

Hoje, qualquer narcodeputado, qualquer bicho-deputado, qualquer cafajeste semi-analfabeto que se elege para uma posição qualquer já chega lá aflito para nomear a mulher (ou o marido) e os filhos e descobrir depressa meios de se locupletar. As exceções são escassas. Há cada vez menos respeito pela lei (que não se cumpre), pela norma moral e, até, pela simples decência, pela compostura.

O narcodeputado que esmurrou uma colega, diante da Nação estarecida, permanece há três meses à espera de uma punição (e o País à espera de uma satisfação). Na verdade, é o próprio Congresso Nacional que está hoje de cuecas (como o falecido Barreto Pinto), indecorosamente auto-exposto nas páginas dos jornais e nas imagens da televisão.

O deputado Ibsen Pinheiro, presidente da Câmara, tido como um dos melhores políticos de sua safra, de volta de um périplo pela Europa e na véspera de outra viagem, para Washington, assinou sem cerimônias mais um substancial reajuste para si mesmo e seus pares — um dos quais teve ainda o desplante de declarar, diante dos seus sofridos eleitores, que já não podia mais

"sobreviver" com o antigo subsídio mensal de Cr\$ 1,6 milhão.

Um reajuste de 64,5% é justo, ou abusivo? Não é isso o que mais importa. O que realmente importa é que pessoas decentes não distribuam (com o dinheiro do povo, entregue a sua guarda) aumentos para si mesmas, fingindo não ver a indignação e a reprovação do próprio povo, em volta. Que tipo de exemplo é esse que o deputado Ibsen está dando aos seus eleitores? Caradurismo? Se os congressistas se dão aumentos, por que não poderiam fazer o mesmo os funcionários, os juizes e até (opa!) os militares, que são os que amarram (e desamarram) a lona do circo para que ela não caia sobre a cabeça dos artistas em cena?

O mau exemplo vem de cima. Não há nada, hoje, no Brasil, mais desacreditado e desmoralizado que um político, um (suposto) representante do povo. Há exceções, sem dúvida, mas a generalização, no caso, é justa, porque mesmo os "bons" (os Ibsens, os Richas, os Montoros) na verdade nada fazem para sanear e moralizar o seu ambiente coletivo de trabalho. Compactuam com a má-maço, a bandalheira, a cara-dê-pau. Embolsam compungidamente os reajustes, gozam as viagens e mordomias, associam-se a essa vasta ação parlamentar entre amigos com o dinheiro do povo.

No Ceará, sem nenhum emendão constitucional, os tucanos do ex-governador Jereissati puseram a casa em ordem, sanearam a administração e as finanças públicas estaduais. Em Santa Catarina, o governador Kleinübing parece disposto a fazer outro tanto. Se a indecência e o desperdício persistem no plano federal, na Câmara e no Senado (e no resto), é porque falta vontade, falta caráter, falta vergonha na cara a esses líderes frouxos e corruptos, ativos ou passivos (em geral mais passivos do que ativos).

Chamem o Capistrano.

□ Fernando Pedreira é jornalista e escritor